



GT 033. Estudos em contextos africanos: desafios, limites e perspectivas

Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília) - Coordenador/a,
Josue Tomasini Castro (Universidade de Campinas) - Coordenador/a

O emergente campo da Antropologia da África a partir do Brasil tem, nos últimos anos, atraído um conjunto de pesquisadores e questões que se manifestam em projetos de pesquisa, publicações e seminários que comecem a gerar um acúmulo de reflexões sobre o continente. A diversidade temática e geográfica é relativamente ampla, embora haja uma concentração de estudos nos e sobre os PALOP. Tal cenário torna cada vez mais premente a importância de um diálogo qualificado sobre perspectivas, oportunidades, limites e desafios de um campo que passa a tomar expressão na antropologia feita no Brasil. O GT que propomos tem por objetivo reunir diferentes trabalhos desenvolvidos em contextos africanos promovendo a continuidade de um diálogo qualificado sobre pesquisas etnográficas realizadas no e sobre o continente. Com esse objetivo, convidamos pesquisadores que abordem temáticas diversas, tais como o desenvolvimento; a cooperação internacional; fluxos locais, regionais ou globais; dinâmicas familiares e de parentesco; mobilidade e dinâmica social; gênero e sexualidade; relações sul-sul; cultura popular; concepções de cidadania, dos direitos, do Estado; dentre demais questões que, ao perpassarem os interesses de antropólogos brasileiros, respondam aos inúmeros desafios da pesquisa sobre e em contextos africanos.

Amizades e disputas: masculinidades hegemônicas em Cabo Verde

Autoria: Juliana Braz Dias

As investigações a respeito da cultura popular cabo-verdiana que tenho realizado há vários anos me levam a refletir, com recorrência, sobre aspectos das relações de gênero naquele contexto. A observação sistemática de fenômenos como música popular, carnaval, jogos e outros atos mais difusos, ocorrendo em bares, ruas e praças, levou-me a uma reflexão sobre atos de sociabilidade marcadamente masculinos e seus múltiplos sentidos. Se no campo dos estudos de gênero os works sobre masculinidades hegemônicas tiveram, historicamente, um caráter marginal, isto é especialmente verdadeiro no que toca ao caso cabo-verdiano. O que proponho neste work é uma tentativa de preencher essa lacuna através da análise de um conjunto de situações observadas que compõem uma espécie de colcha de retalhos, com uma ideia difusa de masculinidade. No cotidiano dos bares, no consumo de bebidas alcoólicas, nas performances musicais informais e na prática do jogo "uril", é possível notar certas recorrências que contribuem para uma percepção dos signos de masculinidades hegemônicas em Cabo Verde. A partir dessas observações, do tempo correndo frouxo no convívio entre amigos, argumento que a disputa torna-se uma forma de interação preponderante e não necessariamente uma disputa conflituosa e violenta (embora possa o ser), mas uma competição lúdica, entre a tensão e o gracejo, na busca constante por superar seu desafiador, numa palavra ou num gesto. Faço uma aproximação ao conceito de sociabilidade desenvolvido por Simmel ao abordar formas de sociação que encontram finalidade em si mesmas, independentemente do seu conteúdo. Argumento que alguns sentidos importantes da noção de masculinidade em Cabo Verde são forjados em interações cujo foco está no meio, no processo, e não no seu desfecho. Em outras palavras, não importa o assunto da conversa, o resultado do jogo, a afinação da música, mas a vida que brota das situações de convívio e os papéis ali construídos.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

